

# anti- ~~capitalista~~ Nas Urgências



dos  
Tempos

# Editorial: Na linha da frente, outra vez

A edição de dezembro da Anticapitalista não decidiu ainda se corre atrás do tempo ou à sua frente.

Habituada a corresponder a um cenário político, de que nunca se desliga, a Anticapitalista nunca foi, todavia, escrava de uma agenda, submissa da ordem do dia ou desejosa do instante do “breaking news”. Resistir ao ditado das “letras capitais” é outra das vocações da crítica ao capitalismo, onde a proliferação de factos sacrifica a lentidão da sua análise, a sua ponderação e, como tal, o seu significado político. Certo é que não evitamos uma vaga e longínqua sensação de culpa ao constatar que esta edição não acompanha ainda os mais recentes factos da agenda política, que passou recentemente a ser uma agenda eleitoral. Com o alinhamento já pronto à data da inesperada demissão do primeiro-ministro, ficamos subitamente atrás do tempo, escrevendo em atraso face à exigência dos factos.

Mas esta não é uma leitura única da realidade. Certo é que, com a demissão do primeiro-ministro, e com a dissolução da Assembleia da República já com hora marcada, com o espetáculo mediático em torno das birras institucionais e lutas palacianas entre o primeiro-ministro demissionário e o presidente da República, há um mesmo Orçamento de Estado com aprovação garantida, há um mesmo leque de preocupações comuns a estruturas partidárias que aparentam alheamento face às vidas reais, e que parecem continuar a falhar perante os sofrimentos concretos. Girando no eixo de um show mediático vemos a ondulação domesticada com que PS e direita permanecem alheios a uma mesma disposição de injustiças.

No país da exploração laboral, do abuso sobre o trabalho migrante, do atropelo das normas e das imposições da urgência climática em benefício dos interesses económicos, no local onde o salário não paga a renda, não chega para os alfinetes e não dá para nada, no sítio em que os hospitais públicos rebentam pelas costuras e cada vez mais se subjugam à saúde à ganância privada — os assuntos mantêm-se, auto-sustentam-se e, na verdade, mudam muito pouco. E é aqui que nos sabemos à frente do tempo ou, pelo menos, nele tentando garantir a dignidade de um futuro.

A Mariana Mortágua tem insistido, e bem, na politização da vida boa — que é a vida digna, que vale a pena, que é interessante — como preceito de um discurso à esquerda. Diremos que sim, que não desistimos dessa vida boa e que queremos colocá-la, nem atrás do tempo nem à frente do tempo, mas como o que se impõe ao próprio tempo. Estaremos, em breve, em campanha, com a convicção de quem, na verdade, independentemente da agenda ou da circunstância, não tem que martelar a história nem tem que fazer contorcionismos para mostrar a quem quer que seja que sempre esteve aí, onde é preciso.

Na linha da frente, outra vez, descobrimos que estamos, na verdade, onde sempre estivemos e onde não desistimos de estar, porque nunca desistimos de nada.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

- 2 Editorial
- 3 Internacional  
*Que futuro para a Palestina?*
- 5 Trabalho  
*A Aplicação não engana!*
- 7 Feminismos  
*A distopia do futebol feminino*

## Dossiê | Justiça Climática

*Carina Coelho  
Micaela Gomes  
Sandra Salgado  
Vera Diogo*

## Ficha Técnica

### Conselho Editorial

Alda Sousa  
Ana Feijão  
Andrea Peniche  
Andreia Galvão  
Daniel Borges  
Francisco Louçã  
Hugo Monteiro  
Inês Sena  
João Bernardo Narciso  
José Miguel Ricardo  
Leonor Figueiredo  
Marco Marques  
Patrícia Felício  
Paulo Ferreira

### Design Gráfico e Ilustração

Duarte Santos

### Participaram nesta edição

Alda Sousa  
Carina Coelho  
Duarte Santos  
Eleftheria Angeli  
Hugo Monteiro  
José Miguel Ricardo  
Leonor Figueiredo  
Micaela Gomes  
Patrícia Felício  
Sandra Salgado  
Vera Diogo

# Que futuro para a Palestina?

escrito por Alda Sousa

Quanto este número da AC chegar a casa dos assinantes, é possível que Gaza já não exista. Ou porque a sua população foi compulsivamente transferida para o Sinai ou porque o horror absoluto a que se chegou não permite sequer que a vida continue: a sobrelotação no Sul da Faixa (consequência da deslocação forçada de 1,8 milhões de pessoas da parte Norte e Central – quase 80% da população) a impossibilidade de bombear os esgotos e o colapso do sistema de saúde trazem a iminência de epidemias. Israel destruiu as casas, escolas, hospitais, universidades, bibliotecas, livrarias, mesquitas, igrejas, comércio e infraestruturas na parte norte. A cidade de Gaza, a maior cidade palestiniana de todo o mundo, foi arrasada e está sob escombros (e com gente sob os escombros). Vimos as imagens chocantes dos residentes do norte a deslocarem-se para o sul, muitas vezes a pé, doentes, com crianças ou mesmo crianças não-acompanhadas, pela estrada de Salah al-Din (uma das mais antigas do mundo), e a serem vítimas de disparos pelas tropas ou aviação israelitas. Todos são bombardeados sem dó nem piedade. Não há um só lugar seguro em Gaza. Trata-se de um castigo coletivo, um genocídio e de limpeza étnica.

Gaza está cercada e sob bloqueio total (terrestre, marítimo, aéreo) por Israel desde 2007. Nem pessoas nem mercadorias podiam sair ou entrar no território sem autorização de Israel. Excepcionalmente, por motivos médicos extremos, eram permitidas saídas para a Cisjordânia. A economia baseou-se sempre muito no comércio e portanto, na circulação de pessoas e mercadorias. O cerco e o bloqueio vieram impedir essas trocas comerciais, bem como dificultar ao extremo uma outra atividade, a pesca: os pescadores de Gaza só estão autorizados a pescar dentro de 3 milhas náuticas, sendo que a pesca está totalmente proibida desde 7 de Outubro.

Em Gaza há quase 1,2 milhões de refugiados (pessoas que foram expulsas da Palestina histórica em 1948 ou os seus descendentes). A ajuda humanitária a Gaza tem sido fundamental desde que começou o cerco e o bloqueio em 2007. Cerca de 80% da população de Gaza depende

dessa ajuda, não só do ponto de vista da distribuição alimentar como pelo facto de a UNRWA (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East) assegurar quase todo sistema escolar. Desde 7 de Outubro foram mortos 108 dos seus 13 mil trabalhadores humanitários em ataques ou bombardeamentos por Israel.

## A Cisjordânia em vias de ser anexada

Há muito que a Cisjordânia, além de ocupada, tem vindo a ser fragmentada. Há cerca de 400 mil israelitas judeus a viver em colonatos de onde as populações palestinianas foram expulsas (e cerca de 250 mil em Jerusalém Oriental). Esses colonatos não são meia-dúzia de casas ou bairros espalhados na paisagem. São cidades de 20 mil ou 30 mil habitantes, localizados em sítios estratégicos, muitas vezes em cima de aquíferos e em terra mais fértil. Há estradas e mesmo autoestradas que ligam entre si os colonatos e os ligam a Israel, mas por onde os palestinianos não estão autorizados a circular. À ocupação junta-se, pois, a descontinuidade territorial. O projeto da anexação total da Cisjordânia está em curso. Mais de 60% do território está ocupado pelos colonatos ou por militares.

E há muros. Muitos muros. Cerca de 700 quilómetros de betão e arame farpado retalham a Cisjordânia. Dos cerca de 600 checkpoints, apenas 36 separam a Cisjordânia de Israel. Todos os outros separam palestinianos de palestinianos. Para se deslocarem, estes têm de passar por estes controlos dentro da sua própria terra. O checkpoint de Qalqilya, que separa Ramallah de Jerusalém, é conhecido por haver um número elevado de grávidas que dão à luz na fila de espera para passarem o checkpoint e se dirigirem ao hospital. Seria preciso quase um livro para descrever o diversificado, complexo e perverso sistema de vistos criado por Israel, que se destina não apenas a impedir a circulação, mas a oprimir e humilhar. Na Cisjordânia ocupada, é a lei civil de Israel que se aplica aos judeus, enquanto os palestinianos estão sujeitos à lei militar. Daí decorrem as prisões administrativas, os presos políticos (incluindo crianças), os julgamentos em tribunais militares.

## Que planos têm Netanyahu e Biden para Gaza e para o “pós-guerra”?

Mas se a impunidade de Israel tem sido uma constante ao longo do tempo, Netanyahu e os seus ministros vêm criando uma nova doutrina: não se coíbem de chamar animais aos habitantes de Gaza, e há vezes a pedir a aniquilação total (até por bomba nuclear) Israel coloca-se assim mais uma vez totalmente à margem do direito internacional: uma escola deixou de ser uma escola, um hospital deixou de ser um hospital, até os bebés prematuros que lutam pela sua sobrevivência em incubadoras são deixados morrer, bem como doentes inválidos e com dificuldade em se deslocar. Tudo é alvo porque tudo pode ser local de abrigo para o Hamas. A ONU é inimiga de Israel e o governo israelita pede a demissão de Guterres, facto inédito.

## Mas vale a pena estabelecer aqui uma pequena cronologia:

- A 13 de Outubro, um documento do ministro responsável pelos serviços secretos israelitas colocava três cenários possíveis para o “pós-guerra” em Gaza. O ponto comum era a “eliminação do Hamas”, mas um deles claramente explicitava a expulsão de todos os habitantes de Gaza para o Sinai.

- A 31 de Outubro o jornal Times of Israel dava conta que o plano seria a transferência dos palestinianos de Gaza para o Sinai (Egito)

- No princípio de Novembro Netanyahu explicou melhor o seu plano: “depois da eliminação do Hamas, Gaza será desmilitarizada e deixará de ser uma ameaça para Israel. As forças armadas (IDF) continuarão a ter controlo de segurança sobre Gaza para evitar o terrorismo. Em todos os lugares onde não há controlo de segurança por parte de Israel, o terror regressa (...). O mesmo acontece na Cisjordânia. Por isso não estou de acordo em deixar o controlo de segurança em quaisquer circunstâncias”.

Apesar de Biden dizer que um cenário possível do pós-guerra é a construção de dois estados, a realidade trai as declarações enfáticas. Num artigo muito recente, o historiador palestino-americano Rashid Khalidi, fala-nos do pedido

feito ao Congresso americano a 20 de Outubro de mil milhões de dólares para ajuda militar à Ucrânia e a Israel, incluindo uma alínea na rubrica “ Migração e auxílio a refugiados ” para “ eventual necessidade de habitantes de Gaza fugirem para os países vizinhos ”, para “ deslocções além-fronteiras ” ou “ para o que venha a ser necessário fora do território de Gaza ”

Não deixa de ser curioso que tanto os EUA como a EU, que sempre impediram a solução de dois estados (desde os acordos de Oslo em 1993), nunca obrigando Israel a cumprir com os acordos, tenham ido buscar essa possibilidade ao caixote do lixo da história para onde a tinham atirado. Estarão mesmo dispostos a deixar de financiar Israel e obrigar à retirada dos territórios ocupados da Cisjordânia e Jerusalém? E a forçar Israel a acabar com a ocupação e o Apartheid? E a deitar abaixo os muros e os checkpoints? E a reconstruir Gaza? É que sem isso não haverá estado palestino.

#### Presente e futuro próximo

As várias diplomacias desdobram-se em contactos em Ramallah com a Autoridade Palestina e há em Israel (e não só) quem defenda que “ depois da guerra ” Gaza deveria ser governada pela Autoridade Palestina.

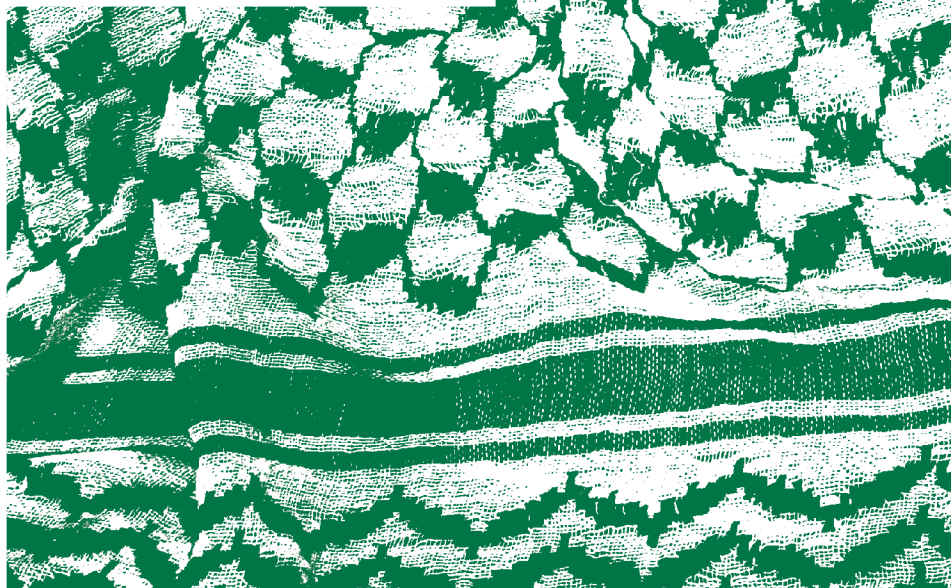
O certo é que desde 7 de outubro os colonatos têm crescido. Famílias inteiras da Cisjordânia têm sido violentamente expulsas de suas casas pelos colonos, muitas vezes com o apoio ou cumplicidade do exército. A lógica é a mesma: limpeza étnica, tornar os territórios ocupados “ livres ” de palestinos. Desde 7 de Outubro, foram mortos 237 palestinos e quase 3 mil foram feridos pelas forças israelitas na Cisjordânia ocupada.

No momento em que escrevemos, em finais de novembro, a pausa humanitária já começou, de forma a possibilitar a troca de reféns em Gaza por presos políticos palestinos nas prisões de Israel ou na Cisjordânia ocupada, onde Israel instalou prisões. Netanyahu já

tornou claro que a pausa de 4 dias não implica o fim das hostilidades e que Israel retomará a tarefa de eliminar o Hamas. Não haverá, portanto, cessar-fogo. Mesmo durante estes dias, Israel vai continuar as operações na parte norte da Faixa, e já avisou as pessoas deslocadas no sul de que estavam proibidas de regressar às suas casas no Norte.

A luta por um verdadeiro cessar-fogo tem de continuar. Não fossem as mobilizações de centenas de milhares ou mesmo milhões que, por todo o mundo, têm exigido um cessar-fogo, provavelmente nem esta pausa humanitária teria sido possível. Nessas mobilizações vale a pena destacar a importante presença de organizações judaicas anti-sionistas que se têm mobilizado com slogans fortes como “ Not in our name ” ou “ Never again is for anyone ”. No plano interno de Israel, as famílias dos reféns têm-se mobilizado não só pelo regresso dos seus próximos, mas também exigindo um cessar-fogo e opondo-se à vingança que Israel está a fazer em Gaza.

#### Só a solidariedade faz sentido e pode salvar Gaza



## O que é um lar?

WHAT IS HOME? (tradução do inglês por Maria Leonor Figueiredo)

*É a sombra das árvores no caminho para a escola, antes de serem arrancadas.*

*É o retrato a preto e branco do casamento dos meus avós, antes de as paredes desmoronarem.*

*É o tapete de oração do meu tio, onde dezenas de formigas dormiram em noites invernosas, antes de ser pilhado e posto num museu.*

*É o forno onde a minha mãe cozia pão e assava frango, antes de uma bomba reduzir a nossa casa a cinzas.*

*É o café onde vi jogos de futebol e brinquei -*

*O meu filho interrompe-me: pode uma palavra de três letras conter isso tudo?*

de Mosab Abu Toba

Mosab Abu Toba é um poeta, professor e bibliotecário de Gaza. Fundou a Biblioteca Edward Said, a primeira biblioteca de Gaza em língua inglesa.





## “A aplicação não engana”

escrito por José Miguel Ricardo

Nas últimas três décadas, observaram-se significativas transformações no panorama laboral em todo o planeta. O crescimento do setor de serviços, abrangendo áreas como as finanças, o turismo e a hotelaria, é evidente. A globalização intensificou as trocas comerciais entre países, fragmentou economias e gerou grandes transformações no mundo laboral. Avanços tecnológicos facilitaram a rápida circulação de conhecimento, aprimoraram cadeias de distribuição e deram origem a novas formas de emprego. Mudanças nas estratégias organizacionais incluíram o outsourcing de funções anteriormente sob responsabilidade direta das empresas, como a limpeza e a segurança.

A tecnologia desempenha um papel fundamental para o surgimento de novas formas de emprego e contratação, permitindo a flexibilidade espaço-temporal e a monitorização autónoma da força de trabalho. Essa flexibilidade refletiu-se na produção, com a automação, a descentralização das decisões e a maior participação

dos trabalhadores na organização do trabalho. No entanto, também conduziu à precarização dos trabalhadores menos qualificados, ao outsourcing para as regiões do globo mais “rentáveis” e para o aumento das pressões sociais em países em processo de desindustrialização e terciarização. Os avanços tecnológicos no campo do trabalho não procuram apenas aumentar a capacidade de produção, mas também o controlo sobre o próprio trabalho, contribuindo para o surgimento do capitalismo de vigilância e da economia de plataformas. A individualização trouxe também consigo um ataque pernicioso à luta do campo do trabalho, coletiva na sua raiz. A representatividade dos trabalhadores industriais nas economias ocidentais diminuiu, enquanto os sistemas de gestão de informações ganharam o controlo nas complexas cadeias globais de produção.

Uma economia baseada em bens intangíveis resultou na intensificação de processos como a financeirização e no controlo dos fluxos da distribuição e dos dados sobre o consumo e os

consumidores. As empresas passaram de uma ênfase na venda de produtos para a prestação de serviços associados, incluindo a manipulação personalizada baseada na invasão da privacidade. A transição de nacional para global é evidente nos setores financeiros e na economia imaterial, introduzindo desafios relacionados à regulação económica e à relação entre estados e corporações.

Nesse cenário social, histórico e económico, surge o “capitalismo plataforma”. A economia de plataforma, representando um ramo estratégico do capitalismo global, apresenta um rápido crescimento. A emergência da economia de partilha desde 2008-2009 intensificou o debate sobre as plataformas de trabalho. Estas plataformas, como a Uber, a Bolt, a UpWork ou a TaskRabbit, transformam modelos corporativos convencionais ao reduzir custos, eliminar intermediários e possibilitar a competição em novos mercados.

O crescimento das empresas baseadas em plataformas foi impulsionado por investimento de capital de risco acumulado na febre do digital do início do milênio e possibilitada pelas inovações implementadas nas redes de abastecimento globais da chamada “revolução do retalho” aplicada por empresas como o Walmart e a Target. As plataformas aplicam esta tecnologia logística a áreas urbanas, apresentam-se através de atrativas aplicações e vendem uma narrativa empreendedora impregnada de ideias e lógicas de exploração antigas. Essas transformações têm implicações profundas nas relações de poder, distribuição de riqueza e dinâmicas laborais das sociedades contemporâneas.

As plataformas representam uma manifestação de uma tendência mais ampla, em que as empresas procuram externalizar riscos que eram tradicionalmente de sua responsabilidade. O trabalho temporário e a subcontratação são formas de comodificar o tempo de trabalho, retirando os trabalhadores dos sistemas de proteção social existentes. A estabilização e institucionalização das plataformas como um mecanismo de gestão ainda são incertas. A história do capitalismo sugere que a extração de mais-valia dos trabalhadores requer mecanismos potentes de controlo e a postura permissiva das plataformas em relação à oferta de mão de obra pode não ser compatível com a busca dos mercados por preços baixos capazes de atrair um grande número de clientes. No entanto, ao exercer maior controlo sobre o processo laboral, os horários de trabalho e os níveis de esforço, as plataformas correm o risco de reduzir a sua capacidade de atrair trabalhadores e aumentar a possibilidade de litígios legais por parte dos trabalhadores injustamente classificados como independentes.

É nessa nota que termino, destacando a importância do surgimento de formas amplas de resistência dos trabalhadores de plataformas, em Portugal e em outros pontos do globo, principalmente no setor de transporte de pessoas e da distribuição alimentar. A sua ação inclui greves, manifestações, litígios jurídicos e a formalização de organizações que os representem. Os fóruns digitais e as redes sociais têm desempenhado um papel importante na organização destas ações coletivas, indicando que podem proporcionar uma forma alternativa para a criação de solidariedade entre pares, na ausência de espaços laborais comuns. A luta destes trabalhadores tem se apresentado, assim, como uma força social de resistência aos avanços da flexibilização selvagem e unem-se ao repto de várias vozes que exigem a garantia de um trabalho digno e de uma vida boa.







## A distopia do futebol feminino

escrito por Eleftheria Angeli

**E**ra uma vez, algures, um grupo de mulheres que se lembrou de dar um pontapé numa bola. Ficaram tão satisfeitas que decidiram continuar a fazê-lo e reivindicar um espaço nos campos de futebol que, até então, eram apenas utilizados por homens. Quem dera que este fosse um conto de fadas que terminasse com “e viveram felizes...”. Porque, desde então e até agora, muitas jogadoras de futebol não têm tido vida fácil. E a bola rola, e embriagamo-nos com a felicidade de fazer parte de uma equipa, partilhando vitórias e derrotas, apaixonando-nos, irritando-nos, chorando e rindo, mas o elefante na sala permanece. A jogadora não vai receber o mesmo que o seu congénere masculino, nem sequer vai ter as mesmas oportunidades que ele. Mas contemos a história pelo princípio.

Os estádios e, em última análise, o desporto, são um microcosmo e um reflexo da sociedade, pelo que a desigualdade de rendimentos no futebol feminino não é exceção. No entanto, a disparidade salarial não diz respeito apenas aos salários e compensações das jogadoras. Trata-se de uma total inadequação e degradação, desde as instalações e infraestruturas até às li-

cenças de maternidade e condições de trabalho. Décadas de subfinanciamento resultaram numa escalada de lesões, principalmente nos joelhos. Estatisticamente, dado que a prioridade em termos de infraestruturas é dada por defeito às equipas masculinas, as futebolistas femininas têm seis vezes mais probabilidades de sofrer uma lesão grave do que os futebolistas masculinos. E não esqueçamos que muitas atletas femininas continuam a lutar pelo direito à licença de gravidez e de maternidade. Num anúncio recente, a Panhellenic Association of Paid Female Football Players (PSAPP) denunciou e exigiu a supressão de um parágrafo específico de todos os contratos privados de jogadoras de futebol, que estipula que “Em caso de gravidez da Atletas, este facto constituirá automaticamente um motivo relevante para a rescisão deste contrato, sem qualquer responsabilidade ou obrigação financeira, por parte da Associação para com a Atletas, durante o período restante do acordo e até ao seu termo”. São muitas as histórias, conhecidas ou não, que ocorreram ao longo dos anos sobre a luta desigual e invisível das seleções nacionais de futebol feminino. Quanto a isto, é particularmente emotivo o episódio que envolveu a seleção fe-

minina da Jamaica.

Em 2014, Sedella Marley, filha da lenda do reggae, lê por acaso um folheto - um apelo da seleção de futebol feminino, pedindo financiamento e apoio após anos de declínio e degradação que, em 2008, levaram à dissolução da equipa. A desculpa era que não havia os recursos necessários para financiar a equipa, embora os fundos para a equipa masculina correspondente continuassem a fluir normalmente. Desde 1991, quando a equipa de futebol feminino disputou o seu primeiro jogo oficial, até à sua participação neste Campeonato do Mundo, foi muito desacreditada, não teve qualquer apoio da Federação, as jogadoras pagaram as suas próprias despesas até ao limite das suas possibilidades. Lavavam a sua própria roupa, juntavam-se e treinavam quando podiam. Desde as viagens até alimentação, do alojamento aos campos de treino, todas as áreas da Seleção Nacional Feminina precisavam de financiamento. Sendela, que dirige a fundação que leva o nome do pai, pesquisou o assunto e decidiu trazer as “Reggae Girlz” de volta à vida. A busca por recursos não foi uma tarefa fácil. A equipa encontrou obstáculos a cada passo, uma vez que até o facto de algumas jogadoras terem declarado abertamente que eram homossexuais era um tabu na Jamaica e travava o financiamento. 2019 foi finalmente o primeiro ano em que a Seleção Nacional Feminina da Jamaica se qualificou para o Campeonato do Mundo da FIFA, tornando-se o primeiro país das Caraíbas a qualificar-se para o Campeonato do Mundo Feminino!

O problema começa com os objetivos do balneário. As equipas masculinas recebem múltiplos financiamentos pela participação nas respetivas ligas femininas. Por exemplo, só a participação de uma equipa na fase de grupos da Liga dos Campeões vale-lhe o montante mínimo de 16 milhões de euros, ao passo que, simultaneamente, a equipa que vencer a Liga dos Campeões Feminina receberá 350 mil euros. Ou seja, um montante inferior ao que uma equipa recebe por se qualificar para a... segunda fase de qualificação da principal competição masculina. A campeã mundial, Argentina, e a federação do país, por extensão, colocaram nos cofres a quantia de 37 milhões de euros pela conquista do Campeonato do Mundo no Qatar, enquanto a Espanha, que venceu o Campeonato do Mundo Feminino na Austrália e na Nova Zelândia, recebeu da FIFA cerca de 5 milhões de euros. Para os adeptos das estatísticas, a australiana Sam Kerr é a jogadora de futebol mais bem paga do planeta. A atacante internacional do Chelsea recebe quase meio milhão de euros por ano, ou seja, tanto quanto Cristiano Ronaldo recebe num... dia de Al Nassr! O salário anual de Messi no Paris Saint-Germain atingiu os 41 milhões de euros, um montante equivalente ao salário de 1700 jogadoras das ligas da Alemanha, Austrália, América, França, Inglaterra, Suécia e México.

Haverá uma explicação para a diferença salarial? Há defensores convictos de que é óbvio e simples, e que a razão pela qual as jogadoras de futebol recebem menos não é a desigualdade. O Campeonato do Mundo de 2022, no



Qatar, estabeleceu um recorde de receitas de 7,5 mil milhões de dólares com - aparentemente - grandes acordos comerciais com o país anfitrião. A Qatar Energy juntou-se como patrocinador principal e os novos patrocinadores incluem o banco QNB do Qatar e a empresa de telecomunicações Ooredoo. Assim, se o Campeonato do Mundo de Futebol Feminino rende quantias tão baixas, com as emissões de rádio, a publicidade e os anúncios, as jogadoras querem o quê? Quanto a nós, tais argumentos não passam de sexismo institucionalizado. Argumentos clichés, segundo os quais o futebol masculino é mais bem-sucedido comercialmente do que o feminino. É que a questão está para além dos números. Tem a ver com o grau em que o futebol feminino é valorizado e promovido, mas também a convicção de que, embora com diferenças, as jogadoras se esforçam da mesma maneira, no auge das suas capacidades.

Na luta pela igualdade salarial há muitos e belos exemplos, mas, naturalmente, esta batalha foi cheia de dificuldades, fracassos e descrédito. Em 2017, a Noruega foi o primeiro país a procurar obter igualdade de remuneração nas competições internacionais de futebol masculino e feminino. A esta luta histórica para o futebol mundial seguiu-se, um ano mais tarde, a da Nova Zelândia, que colocou a igualdade de condições de trabalho para as jogadoras de futebol no âmbito de acordos coletivos. Salário igual, prémios monetários iguais, direitos de imagem iguais e condições de trabalho iguais. Estas são as coisas pelas quais as jogadoras internacionais lutaram, com sucesso. A seleção australiana, que ocupava o 8º lugar no ranking mundial, vendo a sua equipa masculina ocupar o 44º lugar e, ao mesmo tempo, receber salários mais elevados, avançou também, e com razão, para a igualdade de remuneração das equipas. A luta já tinha começado em vários outros países, com várias dificuldades e algumas derrotas. Em julho de 2019, os EUA ganham o Campeonato do Mundo de Futebol Feminino pela quarta vez. Num ambiente de festa, emoção e apoteose, ouve-se a voz do público nas bancadas a gritar “igualdade salarial!”. Para as 28 jogadoras da seleção nacional, a luta já tinha come-

çado quando, em março desse ano, decidiram processar a Federação de Futebol dos Estados Unidos. A Federação argumentou que as “realidades do mercado” explicavam as diferenças salariais. O Campeonato do Mundo de Futebol de 2019 bateu recordes de audiência nos EUA, com 25,4 milhões de espectadores, e 1,12 mil milhões de espectadores em todo o mundo. No entanto, o prémio monetário total da FIFA foi de 30 milhões de dólares.

Gostaria de poder dizer que a Federação Internacional de Futebol (FIFA) tomou uma posição sobre as reivindicações das jogadoras de futebol. Durante os jogos fora de casa, manteve-se silenciosa e ausente. No final, cedeu às lutas em curso e anunciou que os prémios monetários da competição feminina seriam iguais aos da masculina até 2027.

Embora jogar pelo seu país seja um motivo de orgulho, as jogadoras precisam de um apoio financeiro significativo, pelo menos ao mesmo nível que os masculinos. O investimento das associações de futebol em instalações e formação para reforçar o rendimento das jogadoras provenientes das academias de jovens e uma maior cobertura mediática, com a apresentação simultânea dos resultados de homens e mulheres, são os próximos passos. Apesar dos progressos registados até à data, a luta pelo respeito e pela igualdade continua. Também nós estaremos aqui, dentro e fora dos relvados, para contar as histórias destas mulheres.





# dossiê



***justiça  
climática***



**Barroso:**  
**região que abarca os concelhos**  
**de Montalegre e Boticas.**

## **Não queremos minas nas** **nossas aldeias, aqui vive** **gente!**

Não queremos minas na nossas aldeias!

Não pretendemos ver nosso território esventrado nem ver nossas serras e montanhas descaracterizadas.

Não queremos ouvir nem sentir rebentamentos dinamitados constantes no chão que pisamos, nem ver nossas casas quebradas.

Não queremos respirar nefastas partículas oriundas de diárias e constantes explosões.

Não queremos ver a nossa água saqueada, desperdiçada, nem contaminada com a extração que não estaciona no Barroso, ameaça a zona balnear do Gerês e corre para as demais imensas localidades que Barroso abastece (barragem da venda Nova abastece – populações dos concelhos de Montalegre, Boticas, Chaves, Valpaços, cujas águas libertadas desaguardam no Rio Cávado, abastecendo populações dos concelhos de Braga, Barcelos, Espoende, Vila do Conde, Póvoa de Varzim...).

Não pretendemos perder atividades económicas de subsistência, características da região (agricultura, pecuária, turismo rural e de natureza...), nem tradições e tranquilidade. Não tencionamos ver o nosso modo de vida alterado!

Não permitiremos, que se continue a exercer pressão para com a população, como o de suscitar receio que abafa.

Não concebemos a pressão exercida por parte de empresas extrativistas, na tentativa de aquisição de terras, originando discórdia.

Extrativistas, cúmplices governantes, poderosos empresários e até elementos do próprio povo, não medem a meios, para atingir fins egocêntricos, sacrificando a água e ativando a destruição de demasiadas vidas, humanos, fauna e flora biodiversa.

escrito por **Sandra Salgado**

Agimos, ao longo de 5 anos, com o todo o direito e dever que assiste a qualquer cidadão para defender seu território, sua vida, o futuro de seus descendentes (manifestações, sessões de esclarecimento, entrevistas, publicações frequentes, exposições, instalações e residências artísticas, arte interventiva em murais, caminhadas sensibilizadoras, acampadas de resistência, eventos culturais « entruído, concertos, teatros », curtas metragens, cantos de luta, petições, abaixo assinados, participações/contestações públicas, denúncias a entidades governamentais, contudo isentas de reação ou com solução vã...), foram ações realizadas em diversos formatos contra a fatal mineração, que pretendem que seja efetiva e real num património ímpar natural e biodiverso, num Património Agrícola Mundial e Reserva da Biosfera.

Facto é que, foram concedidos direitos de exploração a empresas extrativistas de mineração que nunca operaram neste setor, sem experiência portanto.

Mostram-se isentas de qualquer certificação, quer a nível ambiental, quer de segurança e segundo normativos internacionais, como se constata. Creditar este género de concessões numa região tão única, simples e delicada a empresas persuasivas com calibre tão abominoso, é crime, um ludibrioso atentado ambiental ininteligível e verdadeiramente intolerável. Mineração verde é abstrata e inequívoca falácia.

Fomos intransigentes, após reformulação dos projetos extrativistas submetidos a uma segunda participação pública, da qual foram inicialmente concedidos apenas 10 dias para contestação. Situação hilariante, humanamente impossível, mesmo com técnicos especializados a colaborar para o efeito. Foi alegado mais tempo para análise e participação e o alargamento de prazo, foi inevitavelmente concedido, contudo, apenas por mais 10 dias. 912 contestações logradas no caso de Covas, 308 no caso de Morgade (inédito em contestação pública). Contudo, tecido foi o parecer favorável, imputado pela Agência Portuguesa do Ambiente, aos projetos de exploração mineira a céu aberto para a mina do Barroso (a maior da Europa) em Covas de Barroso – Boticas, explorada pela Savannah Resources, bem como, para a mina do Romano, em Morgade – Montalegre, explorada pela Luso Recursos. Ambas em condição condicionada às medidas de mitigação e compensação, terrível deliberação completamente inaceitável.



Mina de Lousas no Couto de Dornelas, Boticas - Infeliz nociva extração de lítio, feldespatos, quartzo e outros minerais pela Felmica, onde intolerável foi todo o ominoso contexto ocorrido. A empresa extrativista mineradora, solicita à APA alargamento da área de concessão, após ter ultrapassado a mesma em larga escala. A laborar desde 2008 como suposta pedreira. Tudo feito à revelia sem conhecimento do povo...

Mina da Borralha, conselho de Montalegre - De novo vítima em fase de prospeção, por parte da insultuosa exploração mineira! Inadmissível e inconcebível é a toda a atual conjuntura de prospeção na Brecha de Santa Helena – Caniçó, devido ao facto dos trabalhos em questão ocorrerem a menos de 100 metros de habitações, num território altamente contaminado, repleto de metais pesados, segundo se constata e consta no estudo do Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, comunicação geológica datada de 2015, que não sofreu alteração até à data. Neste momento, o que está acontecer na Borralha é demasiados grave! Inaceitável é também a incompreensível convivência prestada pelos Bombeiros de Salto, vizinhos da localidade, que num vai e vem constante, abastecem com água a prospeção, sendo portanto um passo do mais nefasto, injusto e severo.

Pressa mudança, inevitável cobrança.

Empresas de mineração são das que mais poluem, contaminam, avassalam e aniquilam. É de facto incrível e de lamentar, que haja a sórdida intenção em destruir um património tão necessário, ímpar e biodiverso como Barroso o é. O impulsivo comportamento humano pelo lucro, empurra-nos para megaprojetos que não evidenciam lógica, não travam nem amenizam alterações climáticas, acelera-as.

Mina contamina, desestabiliza, destrói, corrói, avassala, aniquila,

condena, incrimina...

Dos que lutam, desgaste existiu, ninguém desistiu, refizeram entrega.

Defesa da vida é imperativo. É direito e dever que nos assiste.

**Não às Minas.**



# O impacto ambiental da indústria têxtil: desafiando a relação entre capitalismo e crise climática

escrito por **Micaela Gomes**

A indústria têxtil representa um pilar importantíssimo da atividade económica portuguesa, especialmente na zona norte do país. Por outro lado, à medida que a busca por tendências a preços acessíveis aumenta, é cada vez mais notório o efeito nefasto que esta indústria tem no ambiente. Neste artigo será explorada a ligação entre o impacto ambiental causado pela indústria têxtil e os princípios do capitalismo. Assim, pretende-se trazer atenção ao problema e aos desafios associados, assim como possíveis soluções.

O capitalismo prospera no consumismo e na produção em massa, o que se traduz em maior eficiência e menos custos de produção. Assim, para responder à procura dos clientes que querem seguir as tendências mais atuais, a produção aumenta e os efeitos que esta tem no ambiente são negligenciados.

As marcas de fast fashion, cujo modelo de negócio depende do consumismo excessivo, lançam tendências cada vez mais breves e vendem a ideia de que os consumidores devem deixar de usar peças que estão “fora de moda”. Desta forma, o ciclo é alimentado e o desperdício têxtil aumenta.

Para que estas peças cheguem ao mercado a preços acessíveis, são fabricadas muitas vezes com materiais sintéticos, como o poliéster, uma fibra que não é biodegradável. Isto resulta numa decomposição lenta em aterros, agravando ainda mais o impacto destas peças no ambiente. Em contrapartida a procura por fibras naturais, como o algodão, também tem aumentado, resultando na sobre-exploração de recursos naturais. Para além dos materiais, os processos químicos, como o tingimento, a que os tecidos e malhas são sujeitos representam outra grande fatia deste impacto. Uma vez que muitos corantes são muito resistentes à luz, à temperatura, aos detergentes e a outros agentes químicos, mesmo após a limpeza dos efluentes, podem perdurar nas águas por muito tempo.

O “Fashion Transparency Index 2023” é um estudo que avalia a transparência em diferentes aspetos de 250 marcas de moda. Este ano expôs que 88% das marcas não revelam o seu volume anual de produção, escondendo a realidade da sobreprodução. Para além disso, 99% das marcas não se demonstram comprometidas a reduzir o número de novos artigos produzidos.

Assim, as soluções para este problema passam principalmente pelas escolhas dos consumidores. Apesar do aumento da procura por marcas mais conscientes, ainda há muito trabalho a realizar no que diz respeito à educação das pessoas sobre aquilo que vestem. Isto envolve uma avaliação profunda das práticas destas empresas, aprendendo a distinguir as que priorizam produção em massa, em pouco tempo, à custa do meio-ambiente.

É necessário pôr em prática mais modelos de economia circular, de forma a usufruir ao máximo dos recursos consumidos. Isto passa pela escolha de peças desenhadas para terem maior durabilidade, pela sua reparação e reutilização, mas também pela sua reciclagem, dando oportunidade aos materiais de reentrarem na cadeia de produção.

Por fim, o movimento slow fashion, que defende uma abordagem mais sustentável e ética da moda, incentiva as pessoas à preferência de qualidade em vez de quantidade. Ou seja, a procura por marcas com políticas de trabalho justas, processos de produção mais amigos do ambiente, design versátil, ao contrário das tendências fugazes apresentadas pelas marcas de fast fashion e, de preferência, com produção local, de forma a diminuir as consequências ambientais associadas ao transporte.

Deste modo, o impacto ambiental da indústria têxtil está intrinsecamente associado aos princípios do capitalismo, originando desafios como a sobre-exploração de recursos naturais, poluição ambiental e práticas abusivas. No entanto, existe esperança para a resolução destes desafios, pondo em prática as ações acima explicadas. Com o aumento da informação disponível, é possível afirmar que há potencial para uma mudança positiva.



# Transição Ecológica e outras transições necessárias: por novas formas de conhecer e gerir a Casa Terra

escrito por **Vera Diogo e Carina Coelho**

A transição ecológica pressupõe mudanças sistémicas nas formas pelas quais nos relacionamos com o território, com os elementos geofísicos, com a biosfera e com todos os outros seres vivos com os quais convivemos neste maravilhoso sistema de organização ecológica.

A transição ecológica implica respeitar os princípios que regem esta organização ecológica, logo, agir sobre o território com consciência e de modo consequente e responsável, o que envolve transformações na configuração do sistema produtivo e das premissas em que este se baseia no cenário do capitalismo.

Não obstante as transformações da chamada “economia verde” que passa pela reciclagem de materiais, ou pela substituição de formas de energia fóssil poluentes, por formas de energia renováveis e limpas, ainda estamos muito longe das metas definidas pelo Pacto Ecológico Europeu (2019), nomeadamente a de reduzir 50% das emissões de Gases com efeito de estufa em 55% até 2030. Para além disso, essas transformações não são suficientes se apenas substituirmos formas de energia para continuarmos a produzir e a sobrecarregar

o território, nomeadamente, o solo; se não protegemos a água no subsolo e continuarmos a sobreconsumi-la; se não respeitarmos a biota, a fauna e a flora que equilibram os ecossistemas. Ou seja, a transição ecológica não é compatível com o consumo e a produção de massas, nem com a sociedade aculturada nestes padrões de vida. A transição ecológica não é compatível com a ilusão falaciosa do crescimento económico que depende da extração e manipulação de elementos naturais, vistos como recursos que nos servem e não como elementos vivos de ecossistemas, sendo, pois, insustentável.

Assim, carecemos de mudanças de paradigma em diversos setores da atividade económica e da administração dos territórios, mudanças que dependem de uma transformação cultural profunda, no modo como concebemos a biosfera, ou aquilo a que comumente se chama natureza, e nos relacionamos com ela. Javeau (1998) explicava os factos sociais ou as culturas como realidades opostas à natureza, chegando a afirmar que a cultura é a nossa natureza enquanto seres humanos. Esta perspetiva é coerente com o afastamento gradual da espécie humana relativamente a outras espécies animais, vegetais e ao meio físico; afastamento ao qual se alia um autoconceito baseado na superioridade desta espécie.

Tal afastamento e categorização binária, como todas as disjunções geradas pela modernização - sujeito vs. objeto; mente vs. corpo; campo vs. cidade; trabalho vs. lazer; vida privada vs. vida profissional, partem de um pensamento simplificador que pretende dominar a realidade (Morin, 2008[1991]). A história da modernidade é uma sequência de processos de dominação social e de dominação do meio físico,

do qual nos destacamos como singularidade racional, com intuito de dominar a nossa própria natureza, ao serviço dos imperativos da ideologia dominante no modelo socioeconómico industrial. “Fazer regredir o animal pulsional” foi o foco das instituições modernas edificadas sobre o poder disciplinador que funciona não só por inculcação de normas, por dominação ideológica, mas também por incorporação. Os “corpos dóceis” e “corpo máquina” socializaram-se, tendo como referentes o espaço humanamente construído, e transformado, e as suas regras e pressupostos de utilidade, valor e dever, distanciando-se, pois, de qualquer ligação biológica ao mundo físico e à biosfera (Fernandes, 2021, p.131; Foucault, 1975).

Só a intervenção socioeducativa e cultural pode promover mudanças efetivas que minimizem a atual calamidade climática e ambiental, pois só estas abordagens podem transformar estas concepções antropológicas e das relações dos seres humanos com toda a vida na Terra. É preciso que os decisores políticos, a várias escalas, instituem e apoiem medidas para incitar à reflexão, ao questionamento, e informar sobre perspectivas alternativas e modos de as concretizar, motivando a capacidade de agência dos seres humanos para conservar os elementos e processos naturais que garantem as condições de vida e de equilíbrio dos ecossistemas.

À escala europeia, algo está a ser desenhado neste sentido, a Recomendação do Conselho Europeu nº 2022/C 243/01, de 6 de junho de 2022, coloca a aprendizagem para a transição ecológica e desenvolvimento sustentável como prioridade das políticas de educação e formação. Desta recomendação, destacamos duas orientações, a primeira refere-se aos aprendentes:

“Proporcionar aos aprendentes, desde a educação pré-escolar, oportunidades para compreender e valorizar o mundo natural e a sua biodiversidade e para interagir com eles, bem como para desenvolver um sentimento de curiosidade e de maravilhamento e aprender a agir em prol da sustentabilidade, de modo individual e coletivo” (p.5).

Entendemos que a interação com a biosfera e o meio físico são fundamentais, sendo condição para instigar a curiosidade e o maravilhamento. Julgámos este último particularmente valioso, num mundo que carece de valorização da conexão emocional das crianças aos seus espaços, particularmente aos espaços verdes e ainda mais ao meio natural, aliada ao desenvolvimento livre da sua imaginação e pensamento simbólico.



A segunda, remete para os educadores:

“Reconhecer que todos os educadores, independentemente da sua disciplina ou setor de educação, são educadores para a sustentabilidade que têm de ajudar os seus aprendentes a preparar-se para a transição ecológica” (p.6).

Quantos educadores se identificarão com esta premissa?

Quantos sentem que têm condições para a levar a cabo?

Esta recomendação está em linha com o quadro de referência europeu em matéria de competências para a sustentabilidade (2022), o Greencomp, que se baseia na metáfora da colmeia para ilustrar os domínios de saberes essenciais ao desenvolvimento de modos de vida sustentáveis. Nesta metáfora, as abelhas representam os atores individuais e coletivos que tomam medidas em prol da sustentabilidade, estes atores dependem das flores que simbolizam as competências de previsão de futuros sustentáveis, incluindo a literacia sobre o futuro, a adaptabilidade e o pensamento exploratório. Outros elementos fundamentais deste sistema são o néctar e o pólen que representam as competências de pensamento complexo, incluindo o enquadramento de problemas, a abordagem sistémica e o espírito crítico. Os valores a preservar e que dão estrutura às paredes da colmeia são a valorização da sustentabilidade, a promoção da natureza e o apoio à equidade.

Nesta linha, a educação ambiental não pode limitar-se ao ensino da ecologia ou à promoção de mudanças culturais apenas comportamentais. Note-se que ecologia, do grego oikos + logos significa o conhecimento da casa planetária, enquanto economia – oikos + nomos são as leis ou regras de gestão dessa casa. Portanto, o conhecimento da casa tem que ser a base da sua gestão – a ecologia deve guiar a economia. Esta viragem permitirá centralizar a vida nas efetivas necessidades, ao orientar-se pelo valor de uso dos produtos e serviços e não pelo seu valor de troca, pois assim as necessidades não podem ser infinitas (Taibo, 2017).

Concordamos com Philippe Layrargues (2006) quando afirma que “não se trata apenas de estabelecer uma nova relação entre os humanos e a natureza, mas dos humanos entre si, e destes com a natureza” (2006, p.72). Por outras palavras, “só é possível proteger a natureza se, ao mes-

mo tempo, a sociedade se transformar”, se for estabelecida uma nova ordem social, que não seja mediada pelo capital (Layrargues, 2006). Há mais de 40 anos, Jacinto Rodrigues (2021 [1979]) já defendia que “urbanismo, modo de trabalho e processo produtivo, organização social, pedagogia e cultura são vetores de uma realidade global” (p.9). Assim, a ecologia como filosofia é “uma construção permanente e auto-avaliativa” que pretende contrariar “uma totalidade fechada”.

Importa também destacar que os problemas ambientais não resultam das ações de uma humanidade abstrata. A questão ambiental é eminentemente uma questão de justiça social. Não há uma distribuição igualitária dos lucros retirados pela exploração dos recursos naturais nem dos seus custos e danos ambientais e sociais. Os dados do mais recente Relatório sobre Mudança Climática (2023) do Painel Intergovernamental para a Mudança Climática mostram que apenas 10% dos agregados familiares são responsáveis pela produção de 35% a 45% da totalidade de emissões de gases com efeitos de estufa, enquanto 50% dos que emitem menos contribuem apenas para 13% a 15% (p.5). Ao mesmo tempo, são as pessoas e regiões que menos contribuem para as emissões aquelas que mais sofrem as consequências das alterações climáticas:

“O aumento dos fenómenos meteorológicos e dos fenómenos climáticos extremos expôs milhões de pessoas a uma insegurança alimentar aguda e reduziu a segurança da água, com os maiores impactos adversos observados em muitos locais e/ou comunidades em África, na Ásia, na América Central e do Sul, nos países menos desenvolvidos, nas pequenas ilhas e no Ártico, e, a nível mundial, para os povos indígenas, os pequenos produtores de alimentos e os agregados familiares com baixos rendimentos. Entre 2010 e 2020, a mortalidade humana causada por inundações, secas e tempestades foi 15 vezes superior nas regiões altamente vulneráveis, em comparação com as regiões com vulnerabilidade muito baixa” (p.6).

Estes dados permitem evidenciar quão interdependentes são a vulnerabilidade humana e do ecossistema. As pessoas em situações de maior vulnerabilidade são e serão as mais expostas aos impactos das alterações climáticas e ambientais.

## Referências

Comissão Europeia (2019). Pacto Ecológico Europeu. [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC\\_1&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF)

Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação (2022). GreenComp. Quadro europeu de competências em matéria de sustentabilidade. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://data.europa.eu/doi/10.2760/780994>

Fernandes, L. (2021). *As lentas lições do corpo*. Contraponto.

Foucault, M. (2013/1975). *Vigiar e Punir - Nascimento da prisão (10ª edição)*. Edições 70.

Intergovernmental Panel on Climate Change (2023). *Climate Change 2023 - Synthesis Report*. [https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_SYR\\_SPM.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf)

Javeau, C. (1998). *O Estudo do Social*. In C. Javeau, *Lições de Sociologia*. Celta.

Layrargues, P. (2006). *Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social*. In C. Loureiro, P. Layrargues, & R. Castro (Orgs.) *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental* (pp.72-103). Cortez.

Morin, E. (2008/1991). *Introdução ao Pensamento Complexo [5ª edição]*. Instituto Piaget.

Recomendação do Conselho Europeu nº 2022/C 243/01, de 6 de junho de 2022 [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022H0627\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022H0627(01))

Rodrigues, J. A. (2021/1979). *Ecologia*. Editora Exclamação.

Taibo, C. (2017). *En defensa del decrecimiento. Sobre capitalismo, crisis y barbarie*. LA CATARATA.